

O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A SUA ANÁLISE ESTRATÉGICA DA REALIDADE BOLIVIANA

Jorge Luan Rodrigues Teixeira *

RESUMO

Entendendo a guerrilha como uma das estratégias da esquerda latino-americana, abordo a experiência de Ernesto Guevara e do Exército de Libertação Nacional da Bolívia. O artigo está centrado nos elementos da estratégia política assim como na análise feita por Guevara sobre sociedade boliviana, em especial da questão indígena e agrária, e o contexto internacional. Comento também como a questão indígena, negligenciada pela guerrilha, está sendo tratada pela nova esquerda boliviana.

PALAVRAS CHAVE: Bolívia, Ernesto Guevara, Exército de Libertação Nacional, questão indígena.

INTRODUÇÃO

Em um livro recente (2009) sobre os novos caminhos da esquerda latino-americana, Emir Sader comenta a deficiência de estratégias mais amplas e concretas para os países do continente. Partidos, movimentos nacionalistas e grupos guerrilheiros muitas vezes não buscaram realizar “grandes sínteses estratégicas” dos percursos dos que vieram antes deles para orientar as suas ações. O autor realiza, então, uma classificação das estratégias da esquerda do continente. São elas: (1) a estratégia de reformas democráticas; (2) a estratégia da guerra de guerrilhas, que é o que nos interessa nesse artigo; e o que ele chama de (3) “a nova estratégia da esquerda latino-americana”, centrada no fenômeno novo e complexo que o autor denomina “pós-neoliberalismo”, uma fase de transição do período neoliberal a algo novo ainda sem nome.

A Bolívia tem um papel emblemático para se estudar tais estratégias, pois sua história está “repleta de convulsões sociais, com a sociedade civil tradicionalmente muito organizada e, por outro lado, a economia e a estabilidade política extremamente

** Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1651592159874106>.

E-mail: jorge.luan@hotmail.com

fragilizadas”¹. E mais: aquelas três estratégias estão presentes na história do país e foram relevantes não só para seu próprio povo, mas para todo o continente e para os rumos teórico-práticos que os movimentos políticos deram/dão aos seus caminhos. Além disso, como defende Emir Sader, “o desafio [teórico] é encarar as contradições da história realmente existentes, nas condições concretas dos países da América Latina hoje e decifrar os pontos de apoio para a construção do pós-neoliberalismo”². Dessa forma, usando sua classificação, analiso a estratégia da guerra de guerrilhas na Bolívia através da experiência do Exército de Libertação Nacional (ELN) e em seguida, esboçando uma futura análise comparativa mais detalhada, comento como a atual esquerda boliviana lida com a questão indígena, que não foi muito bem pensada pela guerrilha.

O PENSAMENTO DE ERNESTO GUEVARA E A GUERRA DE GUERRILHAS

A Revolução Cubana foi um acontecimento que marcou e influenciou a vida de toda uma geração, aquela que assistiu surpresa ao desenrolar dos acontecimentos políticos na pequena ilha do Caribe. A revolução mostrou que a América Latina também se movimentava e, o mais surpreendente, movimentava-se contra a ortodoxia e a visão reducionista, importada da Europa, que os partidos comunistas tinham do continente americano. E se os “barbudos” cubanos conseguiram derrubar uma ditadura e realizar uma revolução que cada vez mais assumia um caráter socialista, o mesmo processo poderia ser realizado nos outros países do continente.

A teorização político-militar para esses novos processos veio de Ernesto Guevara, principalmente em seu livro *A Guerra de Guerrilhas*, mas também em uma série de outros textos e palestras comenta a importância do exército rebelde e seu papel na luta revolucionária. Guevara ressalta as características fundamentais do exército guerrilheiro são a mobilidade e a aproximação com as massas, sendo essa última a característica mais importante, pois

[...] la base y el substratum de la guerrilla está en el pueblo. No se puede concebir que pequeños grupos armados, por más movilidad y conocimiento del terreno que tengan, puedan sobrevivir a la persecución organizada de un ejército bien pertrechado sin ese auxiliar poderoso³.

E é por isso que considera os guerrilheiros como uma vanguarda armada do povo que deve conduzir a luta auxiliada e protegida por ele. Sabendo o caráter predominantemente rural da América Latina, “o povo” seria fundamentalmente os camponeses. De certa forma, Guevara retoma a estratégia revolucionária de Mao Tsé-

Tung ao dar ênfase ao caráter inicialmente rural do processo revolucionário (e essa aproximação de idéias com a linha chinesa iria provocar diversas divergências e mal entendidos com a URSS). A defesa da luta inicial em áreas rurais tem por base a experiência cubana e o sucesso que tiveram os guerrilheiros na sua relação com os camponeses na *Sierra Maestra*, sucesso esse que Guevara acreditava que seria repetido nos outros países. Ora, sendo o campo latino-americano “fruto da predominância do latifúndio, das empresas estrangeiras e dos modelos primário-exportadores, que inviabilizavam a reforma agrária”⁴ era nele que os guerrilheiros deveriam atuar, pois a sua atividade revelaria as contradições do mundo rural. Os camponeses passavam a ser vistos como uma classe potencialmente revolucionária. Enfim, “el guerrillero es, fundamentalmente y antes que nada, un revolucionario agrario”⁵

Consolidada a revolução, Guevara, que não tinha nenhuma vontade de realizar o trabalho burocrático que alguns companheiros guerrilheiros exerciam agora, viajaria para o Congo e depois para a Bolívia, acreditando que “Otras tierras del mundo reclaman el concurso de mis modestos esfuerzos. Yo puedo hacer lo que te está negado por tu responsabilidad al frente de Cuba y llegó la hora de separarnos”⁶. Com essa carta de despedida o antigo Presidente do Banco Nacional de Cuba e ex-ministro da Indústria selaria seu destino como guerrilheiro internacionalista.

A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA BOLÍVIA E A TRICONTINENTAL

Quando Ernesto Guevara chegou à Bolívia em 3 de novembro de 1966 ele sabia de duas coisas: (1) era necessário iniciar as atividades guerrilheiras no país expandindo-as depois para os países vizinhos e (2) na Bolívia não estaria sob o comando de ninguém, teria as rédeas da situação – essa lição aprendera com o fracasso da experiência congoleza.

A primeira afirmação é fundamental para entender o projeto de Guevara. A “Mensagem à Tricontinental”, texto do argentino publicado em Cuba em 16 de abril de 1967 na conferência de igual nome, além de ser uma estratégia de combate revolucionário dá a entender a importância da Bolívia no processo internacional. Com a guerra do Vietnã e o posicionamento imperialista do “irmão do norte” não adiantava meramente aplaudir o país asiático, pois esse comportamento se igualaria ao aplauso de encorajamento da plebe romana aos gladiadores que lutavam pela vida. Seria necessário

descer até a arena, pois “No se trata de desear éxitos al agredido, sino de correr su misma suerte; acompañarlo a la muerte o la victoria”⁷. O corolário dessa tese é que é necessário criar “mais Vietnãs”. Se os povos da América Latina, África e Ásia (continentes “subdesenvolvidos” e “explorados”) fossem se levantando contra o governo de seus países, os Estados Unidos acabariam intervindo militarmente, tal qual fizeram no Vietnã, mas acabariam não tendo força suficiente para suportar a dificuldade de um *conflicto tricontinental*. O papel que corresponde aos outros povos do mundo diante da resistência do Vietnã é enfrentar o imperialismo estadunidense diretamente. A Tricontinental, assim, fortaleceria a solidariedade entre os povos insurgentes e os reuniria numa mesma bandeira de luta contra os Estados Unidos. Ao chegar à Bolívia e reunir-se com Mário Monje, líder do Partido Comunista Boliviano (PCB), Guevara explicaria a importância do país nesse projeto maior e internacionalista:

O comandante explicou que a Bolívia oferecia as melhores oportunidades para a campanha guerrilheira na América Latina. Ele pretendia estabelecer uma nova frente com combatentes veteranos de Cuba e de outros lugares, na esperança de produzir um confronto com os Estados ao desenvolver uma frente guerrilheira no coração da América do Sul. A intervenção norte-americana na Bolívia, Che afirmou, iria gerar oposição das forças progressistas e nacionalistas, levando ao desenvolvimento de outros bandos guerrilheiros por todo o continente.⁸

A Bolívia, geograficamente, está situada mais ao centro da América Latina e a região onde Guevara iniciaria as atividades guerrilheiras (área do rio Ñancahuazú, no Departamento de Santa Cruz) ficava muito próxima de outro três países: Paraguai, Chile e Argentina, um dos objetivos políticos de Guevara. A região era também mais despovoada que a de Alto Beni, sugerida por Régis Debray, que antes da chegada de Guevara investigava o melhor lugar para o estabelecimento do foco guerrilheiro. Mais a Noroeste estava o Peru e, um pouco mais longe, a leste, a selva amazônica brasileira. Assim, o país “necessitava de quadros bem treinados e de uma estrutura de apoio a supostas guerrilhas em países limítrofes”⁹. Foi essa necessidade de ter uma estrutura firme – um centro de treinamento e de depósito de munições e armas, assim como um alojamento para homens – que fez com que o sítio de Ñancahuzaú fosse comprado com ajuda de contatos do PC boliviano. Logo depois da chegada já começaram a ser construídas trincheiras, túneis e toda uma rede de defesa a eventuais ataques do exército boliviano. Esse seria um erro estratégico de Guevara – que nas fases iniciais da guerrilha, como já comentado, privilegiava a movimentação contínua, e não a defesa de posições. A existência do sítio tanto seria um indício das atividades ali desenvolvidas como seria uma corrente atada aos pés dos guerrilheiros: ali estavam munições,

mantimentos, os remédios de Guevara e informações sigilosas e comprometedoras. Nesse fato se manifesta uma contradição fundamental do processo revolucionário boliviano, que poderia ter sido resolvida de outras formas: a libertação da Bolívia *versus* o projeto para todo o continente, o nacional *versus* o internacional. Esse caráter internacional se expressava na configuração do ELN: tanto havia experientes guerrilheiros cubanos, como bolivianos ali treinados e “El Chino” (Juan Pablo Chang), peruano.

Quanto àquele segundo ponto (“estar no comando de qualquer grupo de combatentes, e [de] qualquer projeto revolucionário que participasse”¹⁰), Guevara também o comenta na fatídica conversa com Mário Monje. Os dois discutiram sobre quem deveria coordenar o processo: Guevara não poderia deixar que a fase inicial, crítica, de uma atividade guerrilheira fosse conduzida por alguém sem experiência prática, seria arriscar todo o seu projeto revolucionário; Monje recusava, entretanto, a submissão a algum líder estrangeiro dentro do seu próprio país e defendia que Guevara fosse seu “principal assessor”¹¹. O resultado foi que o PCB virou as costas ao ELN, o que dificultou, e muito, o fortalecimento da rede urbana – que deveria enviar mantimentos, munições e voluntários para a zona da guerrilha. A pusilanimidade de Mário Monje pode também ser encarada como resultado das últimas eleições bolivianas (1966), quando o PCB recebeu uma maior quantidade de votos que a tradicional. Monje, assim como grande parcela da esquerda latino-americana, acabou ficando dividido entre as soluções pela via pacífica e pela via armada. Aliás, “Esse foi o grande debate na América Latina depois do triunfo cubano: as formas de luta”¹². A insistência de Monje em manter o comando sobre a guerrilha expressa o conflito já mencionado entre a ótica nacional e a internacional – o que era irracional para Guevara, que privilegiava a segunda. Assim, “O PC boliviano não tem toda a culpa no fracasso da guerrilha de Ñancahuazú, mas cabe-lhe uma grande parcela pelo fato de esta não ter tido possibilidades de se desenvolver e de ter condições reais de triunfar”¹³.

Ainda no que se refere ao conflito do ELN com os partidos, cabe lembrar que Moisés Guevara, líder mineiro e ex-membro do PC-ml (dissidência pró-chinesa do PCB que também não apoiava a guerrilha), aliou-se a Guevara e levou com ele outros oito combatentes bolivianos. Moisés, que lutava na retaguarda, morreria na emboscada que a dizimou.

Esse artigo não se propõe a discutir propriamente estratégia e história militares, mas é necessário tecer algumas breves considerações sobre os erros cometidos pelo

ELN na sua primeira fase de atuação, sob o comando de Guevara. O primeiro erro foi não trabalhar para, antes de mais nada, estabelecer uma eficiente rede de apoio urbana. Paul Dosal comenta que na experiência cubana Guevara “acabou concluindo que um exército guerrilheiro devia sustentar a si mesmo no campo, com pouco ou nenhum apoio das redes urbanas”¹⁴; não obstante, no caso cubano a rede urbana foi *crucial*, em especial nas fases iniciais. Guevara, todavia, redigiu instruções para o estabelecimento da rede urbana na Bolívia (que vinha sendo articulada antes da sua chegada) e nelas frisava o caráter “clandestino” e “hermético” que ela devia ter, além de comentar a organização interna da rede¹⁵.

A existência de um ponto fixo, a fazenda de Ñancahuazú, foi outro dos erros estratégicos graves, e uma contradição com o pensamento guerrilheiro de Guevara. Confrontar-se com o exército precipitadamente foi outro erro apontado tanto por Luiz Bernardo Pericás quanto por Paul Dosal, este comenta que “Ao vencer a primeira batalha, os guerrilheiros perderam a guerra. Che havia liberado seus homens para a batalha antes de ter consolidado o foco com um sólido apoio urbano”¹⁶. A delação de guerrilheiros desertores ou que foram aprisionados – assim como a prisão de Régis Debray (francês) e de Ciro Bustos (argentino), que “visitavam” a guerrilha – também foi crucial para localizar o sítio e saber dos guerrilheiros que compunham o bando. Mais tarde, a divisão do ELN em dois grupos também seria crucial: devido à contribuição de um camponês, a retaguarda seria metralhada numa armadilha ao cruzar um rio; a vanguarda e o centro, comandado por Guevara, seriam emboscados na ravina Yuro e o argentino seria aprisionado e fuzilado logo em seguida. O boliviano Inti Peredo fugiria com outros guerrilheiros para o Chile, depois para Cuba e voltaria mais tarde ao país para convocar novos guerrilheiros para o ELN. Volveremos a las montañas, dizia. Foi assassinado nas ruas de La Paz em 1969 num tiroteio com a polícia.

A BOLÍVIA EM 1966 E OS EQUÍVOCOS DA ANÁLISE DE GUEVARA

Em grande parte, o que faltou a Ernesto Guevara e ao ELN foi uma análise mais profunda e detalhada da realidade boliviana. Ironicamente, “Guevara, o ‘Che’”, significava *um novo modo de pensar o socialismo*, nas condições latino-americanas. Foi, e ainda é, considerado um dos principais teóricos da Revolução neste continente”¹⁷; mas não conseguiu perceber as especificidades do campo boliviano e nem tampouco do cenário internacional, em especial no que se refere à postura dos Estados Unidos.

Defendo que os dois erros estratégicos da análise feita pela guerrilha sobre a situação do país foram a interpretação equivocada do papel dos camponeses indígenas e a análise agrária igualmente errada. Estes dois problemas, o do índio e o da terra, estão intrinsecamente relacionados em toda a América Latina, como comenta Mariátegui: “A questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra”¹⁸.

Compreender a realidade dos países latino-americanos é uma das missões que Emir Sader coloca para a esquerda: “Somente análises concretas de situações concretas [...] teriam permitido a apropriação das condições históricas específicas do continente e de cada país”¹⁹. Também Luiz Bernardo Pericás, comentando sobre a atuação do ELN, ressalta que “Imprescindível para a elaboração de uma teoria e prática revolucionárias é a ciência dos problemas intestinos de determinadas sociedades, e, mais além, de comunidades específicas dentro do quadro maior que compõe uma nação”²⁰. Guevara manteve-se muito preso as circunstâncias do processo revolucionário cubano e não pensou que no plano interno boliviano (1) poderia não conseguir o apoio dos “camponeses”; (2) que o governo Barrientos, apesar de autoritário, foi, depois do golpe dado em 1964, “eleito” em julho de 66, sendo um caso diferente da ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba; (3) poderia não receber apoio do PC boliviano e das forças nacionalistas, como corolário da questão anterior; (4) poderia, como ocorreu, haver tensões entre o aspecto nacional e o internacional da estratégia Tricontinental. Em suma, Guevara não percebeu que “toda revolução [ou processo revolucionário] é necessariamente heterodoxa”²¹.

Dessa forma, é preciso tratar brevemente de um fenômeno muito importante da história boliviana: a Revolução Nacionalista de 1952. Uma junta militar organizada pelas elites bolivianas anulou as eleições de 1951, que haviam dado a vitória ao Movimiento Nacionalista Revolucionário (MNR), que para essa disputa eleitoral “busca o apoio do partido trotskista e sai vitorioso [...] defendendo melhores condições de vida às populações [...]”²². Assim, depois de três dias de combate com o exército, a Revolução trouxe de volta o MNR ao poder e Victor Paz Estenssoro assumiu a presidência. O MNR, que não era propriamente “revolucionário”, sentia-se pressionado: “o exercício do poder não poderia se furtar à realidade de que as armas estavam nas mãos do proletariado e este, mais tarde organizado em milícias, era o efetivo poder existente na Bolívia”²³. Assim, seguiram-se na Bolívia a institucionalização do sufrágio

universal, a nacionalização das minas mais importantes e, o que mais interessa aqui, a reforma agrária sob o lema “La tierra para quien la trabaja”.

A reforma agrária boliviana merece destaque porque, como dito, parte da deficiência da análise de Guevara se deve ao fato de não tê-la analisado a fundo (ou então a ter analisado e haver assumido uma postura excessivamente voluntarista). As reformas agrárias, ironicamente, foram um fenômeno característico da dominação do Estado sobre os indígenas (e entrelaço o problema da terra ao dos povos tradicionais):

Durante el siglo XX, el problema que caracterizó a las economías indígenas fue el de la tierra, por ello en varios países de la región la presión de los ‘campesinos indígenas’ desembocó en reformas agrarias con las que se intentó, en parte, paliar la escasez de tierras y el empobrecimiento del mundo rural. Pero el reparto y las políticas de tierras se convirtieron en una forma más de dominación a través de la cual los indígenas se relacionaron con el Estado.²⁴

Guevara não deu muita atenção a esse fato porque a reforma agrária boliviana foi baseada na entrega de parcelas individuais de terra e isto, “mesmo não atingindo o nível socialista, satisfaz em grande parte o clamor dos índios”²⁵. Ora, basta imaginar o que é para um camponês – que, além de sofrer preconceito por ser indígena (um *cholo*), passou toda a vida sendo explorado pelos *terratenientes* – receber um pedaço de terra seu. Só com o tempo os problemas dessa reforma agrária iriam parecer mais concretos, pois

os avanços sociais inicialmente esperados pela medida social redistributiva foram frustrados pela ausência de um programa a longo prazo que, partindo da demanda pontual da redistribuição da terra, fosse capaz de conduzir, ao final, à superação do atraso agrário em que se encontrava o país.²⁶

Dessa forma, a Bolívia em 1966-67 tinha um panorama rural bem diferente daquele de Cuba no final da década de 50, quando os camponeses ainda eram explorados pelos latifundiários e a chegada do exército rebelde representava a reforma agrária para os trabalhadores. Os camponeses da região de Ñancahuazú estavam, inclusive, ajudando o exército boliviano a encontrar os guerrilheiros (acrescente-se aqui o papel repressor dos militares para com os indígenas *guarani*), em parte porque (reafirmando o conflito nacional x internacional) os militares espalharam que os guerrilheiros de “sotaque estranho” eram paraguaios. “Paraguaios” porque os camponeses ainda guardavam ódio do país vizinho devido à Guerra do Chaco (1932-35). Pericás comenta que a região da guerrilha é “considerada uma das mais reacionárias e politicamente atrasadas da Bolívia, com intensa presença do exército”.²⁷

Além disso, só um dos guerrilheiros falava *guarani*, e apenas algumas palavras, o que dificultava o contato com os camponeses.

Os mineiros representavam setor mais revolucionário e possuíam ainda as velhas armas de 1952; os camponeses acabaram assumindo uma postura mais conservadora devido à reforma agrária liberal e no governo de Barrientos essa posição só se fortaleceu (fala-se em pacto militar-camponês), pois querendo encontrar um setor de apoio e isolar os mineiros, o presidente realizou diversas obras no campo boliviano para atrair mais ainda os camponeses, todas elas de pouco impacto como a construção de estradas, pontes, etc – nada que aprofundasse a reforma agrária ou canalizasse investimentos para a produção agrícola dos camponeses. Dessa forma, destaco dois trechos de um discurso do presidente Barrientos em que ele menciona essa dimensão campesino-militar do seu governo:

ninguém ignora que dia a dia, minuto a minuto, o governo, a nação e todas as suas instituições estão decididas e honestamente empenhadas em conseguir a incorporação dos camponeses à vida civilizada, à vida nacional, mediante o esforço e a promoção humana, mediante a formação de suas comunidades [...] [mais adiante] Uma parte [do exército] prosseguirá suas obras nas selvas inóspitas com as comunidades isoladas e afastadas, seguirá compartilhando a luta do camponês, do homem triste.²⁸

Afirmando o caráter autoritário do seu governo, na noite de 24 de julho de 1967 soldados bolivianos e policias invadiram o acampamento dos mineiros e dispararam contra eles durante o sono. Os dados contam 87 mortos entre homens, mulheres e crianças. Isso ocorreu porque os mineiros haviam decidido apoiar o Exército de Libertação Nacional enviando homens, armas e dinheiro, cada trabalhador daria o pagamento de um dia de trabalho. Consciente da importância dos mineiros bolivianos e vendo a situação adversa em Ñancahuazú, Guevara buscava apoio deles e nos últimos meses da guerrilha tentou seguir com os rebeldes para a região de Alto Beni, onde encontrariam o apoio daquele setor. Assim torna-se mais evidente a preocupação de Guevara em mudar o local de atuação, preocupação essa expressa na carta do ELN aos mineiros: “Companheiro mineiro: as guerrilhas do ELN te esperam de braços abertos e te convidam a unir-se aos trabalhadores e estudantes que lutam ao nosso lado [...] Te esperamos”.²⁹

Além de tudo isso, no plano externo os Estados Unidos recusaram-se terminantemente a criar outro Vietnã, mas enviaram todo o auxílio em equipamentos (de fardamentos e equipamentos de rastreamento das comunicações de rádio à armas) e assessores militares da Equipe Móvel de Treinamento dos Boinas-Verdes para treinar

um batalhão de *rangers* bolivianos – foi esse batalhão que aprisionou Guevara no último combate. Tudo isso para evitar outra Cuba. A verdade é que a CIA rastreava os caminhos de Guevara desde o começo dos anos 60 e o classificou como “um admirador da política chinesa” e como “incendiário e revolucionário”³⁰. A atuação dos Estados Unidos foi fundamental e diferente daquilo que Guevara esperava, pois com os revezes sofridos no Vietnã, o presidente Lyndon Johnson evitaria mandar quaisquer soldados para outro front. Os únicos agentes da CIA que participaram do combate foram dois dissidentes cubanos radicados nos Estados Unidos.

Com poucos guerrilheiros, sem uma rede de apoio urbano eficiente e, o mais importante, sem o apoio dos camponeses e do povo, a guerrilha foi derrotada (e seria derrotada novamente quando se reorganizasse com outros membros e mesmo nome). Com Guevara morto, fechava-se o primeiro ciclo da guerra de guerrilhas na América Latina³¹.

A QUESTÃO INDÍGENA E A ESQUERDA BOLIVIANA HOJE

Em 1985 a Bolívia formulou a Nova Política Econômica (NPE), que teve efeitos devastadores no país: demissão de 50 mil funcionários públicos, liberalização do mercado de trabalho e do comércio, assim como o fechamento de minas com a conseqüente demissão de 23 mil trabalhadores; continha, pois, todos os ingredientes essenciais dos programas do Fundo Monetário Internacional. Muitos dos trabalhadores demitidos passaram a trabalhar na produção da folha de Coca, setor que cresceu exponencialmente no período. Como resultado, o governo boliviano, estimulado pelo estadunidense, passa a perseguir os produtores, que, segundo ambos os países, produziam matéria-prima para a cocaína. As Unidades Móveis de Patrulhamento Rural “estavam em grande parte envolvidas em ações repressivas contra o pequeno produtor de coca (frequentemente em áreas de produção tradicional)”³², afetando e perseguindo povos indígenas como os *aymará*, a qual pertence Evo Morales, atual presidente da Bolívia. Os conflitos em que se envolviam os indígenas não se deram/dão apenas contra o governo, pois “El retiro del Estado y el mayor peso del mercado están provocando que los conflictos por tierras y recursos naturales aparezcan ‘privatizados’, es decir, como si fuesen conflictos entre privados”³³.

Os impactos do neoliberalismo foram se fazendo sentir da segunda metade dos anos 1980 ao começo do século XXI. Emir Sader defende que como o continente latino-

americano foi o laboratório das experiências neoliberais hoje ele vive uma grande “ressaca do neoliberalismo”, pois esse modelo “não conseguiu criar as bases sociais de sua reprodução e legitimação”³⁴. Da resistência ao neoliberalismo passando pela fase de veto até um novo período onde a correlação de forças favorece a esquerda. Na Bolívia despontou nesse cenário de reivindicações de direitos o Movimiento Al Socialismo (MAS), que colocou em pauta as necessidades dos povos tradicionais defendendo que o erro histórico da esquerda boliviana foi entender os indígenas meramente como camponeses, desconsiderando o caráter tradicional desses povos. Há assim uma crítica a essas interpretações reducionistas: “Esse economicismo expropriava dos aimarás, dos quéchuas e dos guaranis sua identidade profunda e secular como povos originários”³⁵. Foi unindo a insatisfação dos povos tradicionais contra o neoliberalismo e chamando a atenção para outros problemas da Bolívia que um indígena conseguiu chegar à presidência do país.

Com a nova constituição aprovada e a reeleição de Morales, a Bolívia caminha num rumo pós-colonial e plurinacional, superando o antigo Estado que oprimia os povos originários e fundando outro onde há lugar para o Direito, o comunitarismo, as línguas e o pensamento indígenas. Isso se expressa numa crítica ao pensamento excludente do mundo ocidental assim como ao resultado do “progresso capitalista” e seus impactos sobre a Terra e a terra, com as quais os indígenas têm relações mais próximas e de maior respeito.

Também há que se ressaltar que nos últimos anos se produziu na Bolívia uma ampliação do Estado em benefício dos movimentos sociais, que passaram a ter mais poder reivindicatório sobre o governo, havendo inclusive grupos indígenas que criticam e pressionam o governo constantemente por achá-lo muito “brando” às vezes. Produz-se, assim, um “Estado ressocializado”, fruto da articulação entre grandes setores da sociedade civil, em especial os indígenas, e o governo:

En la medida en que esa situación de sociedade ampliada todavía se articula con un Estado político que puede oponerse a la nueva construcción social de lo público o con un Estado que se propone viabilizar la fuerza política de la resocialización del poder, quizá el concepto no sea sociedad ampliada sino un Estado resocializado por la democracia participativa y nuevos derechos³⁶.

Como ressaltam Gonçalves e Albuquerque, essa mudança, essa ressocialização, pode ser percebida também se levarmos em conta “o referendo de julho de 2004, no qual 92% dos votantes decidiram pela nacionalização dos recursos naturais do país”³⁷, assim como no referendo que aprovou a nova constituição e nas duas eleições de Morales. A

nova constituição reconhece, ainda, o direito dos povos indígenas de se autogovernarem e se autodeterminarem, afirmando a importância da diferença e fazendo justiça com esses povos.

Os próximos anos mostrarão se o governo de Evo Morales realmente representa um progresso para os povos originários e para a Bolívia. Resta também muito a fazer no que se refere a reforma agrária, pois ainda há larga concentração de terra na parte leste da Bolívia. Isso será, todavia, tarefa dos próprios povos originários e dependerá de como eles, junto com os outros grupos da esquerda boliviana, saberão fazer a sua autocrítica, aprender com o passado e traçar novas estratégias para alcançar seus objetivos.

CONCLUSÃO

O fato de Ernesto Guevara ter sido citado pelo presidente Evo Morales na sua posse em 18 de setembro de 2005 mostra que ele foi uma das figuras mais importantes da história da América Latina. Com certeza daqui a alguns anos todos poderemos apontar também equívocos na política do MAS, assim como o podemos fazer em certa medida hoje e assim como o podiam os contemporâneos do revolucionário argentino.

O fundamental é mesmo empreender um estudo concreto do nosso tempo e, olhando o passado, saber reconhecer equívocos. A atitude de Guevara em relação ao ELN e à Bolívia pode ser encarada como voluntarista e desprendida da realidade, mas, ao mesmo tempo, ela dá uma lição sobre a importância da *vontade* em tempos de miopia e de um dogmatismo que preferia esperar que as coisas viessem dos céus, que o capitalismo caísse pelas suas contribuições inerentes, para poder fazer algo.

“Ramón”, ou “Fernando”, (seus codinomes na guerrilha) continua vivo na Bolívia e na América Latina, tornou-se um valor, um símbolo de rebeldia e de determinação. Continuará sendo um exemplo da importância da *vontade* enquanto se dispuserem os homens e as mulheres a esse ofício tão honesto e necessário: ter esperança.

NOTAS

- 1 GONÇALVES, Rodrigo Santaella & ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Governo de Evo Morales: mudanças sociais e políticas na Bolívia. In: SOUSA, Fernando José Pires de (Org). *Poder e Políticas Públicas na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC: 2010. p.150
- 2 SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009. p.102-3.
- 3 GUEVARA, Ernesto. *¿Qué es un guerrillero?* (1959). Disponível em <http://www.marxists.org/espanol/guevara/59-quees.htm>. Acesso em: 9 de abr. 2010.
- 4 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.134.
- 5 GUEVARA, Ernesto. *¿Qué es un guerrillero?* (1959). Disponível em <http://www.marxists.org/espanol/guevara/59-quees.htm>. Acesso em: 9 de abr. 2010.
- 6 GUEVARA, Ernesto. *Carta de despedida del Che a Fidel* (01/04/1965). Disponível em: <http://www.granma.cu/che/carta.html>. Acesso em: 9 de abr. 2010.
- 7 GUEVARA, Ernesto. *Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental*. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm. Acesso em: 9 de abr. 2010.
- 8 DOSAL, Paul J. *Op. Cit.* p.308.
- 9 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*. São Paulo: Xamã, 1997. p.73.
- 10 *Ibid. Ibidem.* p.71-2.
- 11 DOSAL, Paul J. *Op. Cit.* p.308.
- 12 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.134.
- 13 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p.183.
- 14 DOSAL, Paul J. *Op. Cit.* p.118.
- 15 GUEVARA, Ernesto. Instruções para os quadros destinados ao trabalho urbano. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p.239.
- 16 DOSAL, Paul J. *Op. Cit.* p.336.
- 17 MACIEL, Elda Maria Freire. As idéias socialistas na América Latina: gênese e desenvolvimento histórico. In: SOUSA, Fernando José Pires de (Org). *Op. Cit.* p.110.
- 18 MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema do índio. In: *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.53.
- 19 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.96.
- 20 PERICÁS, Luiz Bernardo *Op. Cit.* p.137.
- 21 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.106.

- 22 ZANELLA, C. Koehler; MARQUES, P. Marconnato; SEITENFUS, R. Silva. A Bolívia no Pêndulo da História. In: *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v.1, nº209, mayo-junio, 2007. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3434_2.pdf. p.4.
- 23 *Ibid. Ibidem.* p.4-5.
- 24 BELLO, Álvaro. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina*: La acción colectiva de los pueblos indígenas. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004. p.50.
- 25 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p.143.
- 26 ZANELLA, C. Koehler; MARQUES, P. Marconnato; SEITENFUS, R. Silva. *Op. Cit.* p.6.
- 27 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p.146.
- 28 Discurso do Presidente Barrientos, de 11 de outubro de 1967. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p.253-257.
- 29 ELN DA BOLÍVIA. Comunicado nº5. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Op. Cit.* p. 246.
- 30 DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. *Intelligence memorandum*: the fall of Che Guevara and the changing face of the Cuban revolution. Disponível em: http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB5/che1_1.htm. Acesso em: 9 de abr. 2010.
- 31 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.136.
- 32 CHOSSUDOVSKY, Michel. A dívida e a economia da droga ilegal: o caso da Bolívia. In: _____. *A globalização da pobreza*: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999. p.209.
- 33 BELLO, Álvaro. *Op. Cit.* p. 90.
- 34 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.50.
- 35 SADER, Emir. *Op. Cit.* p.143.
- 36 OLIVER, Lucio. *El Estado ampliado en Brasil y México*: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales. México: UNAM, 2009. p.28.
- 37 GONÇALVES, Rodrigo Santaella & ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Op. Cit.* p.160.